

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras
de 31 de dezembro de
2021 com Relatório do
Auditor Independente

Randon Administradora de Consórcios Ltda.
CNPJ 89.108.027/0001-58
NIRE 43205277921

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 31 de dezembro de 2021.

2º Semestre de 2021

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (Administradora) foi constituída em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988.

A Empresa atua com a marca própria Racon, nos segmentos de imóveis e veículos e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Nacional Volare, de mini ônibus, o Consórcio Nacional Foton Caminhões, de caminhões leves e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2021, chegou com boas expectativas em todos os segmentos de atuação. Dados como a redução do desemprego, aquecimento de alguns setores econômicos e expectativa de safra recorde fizeram com que o consumidor retomasse a sua confiança na aquisição de produtos. A volta do novo ciclo pandêmico, em 2021, nos trouxe novas incertezas mas, depois das instabilidades decorrentes do primeiro ciclo em 2020, a chegada da vacina no Brasil e a vacinação sendo realizada em larga escala, voltamos a ter esperança de um ano bom para a economia nacional. Neste contexto, a Randon Consórcios segue empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2021 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2020, conforme demonstrado abaixo:

<i>(Em milhares de reais)</i>	2021 Exercício	2020 Exercício
Taxa agregada acumulada	959.557	724.977

A Randon Consórcios, em 31 de dezembro de 2021, detém uma carteira de cotas ativas composta de 73.462 cotas, distribuídas em 129 grupos ativos, com incremento de 9% sobre total de cotas ativa em 31 de dezembro de 2020, deve-se principalmente ao aumento nas vendas do segmento da John Deere em 2021.

(Valores nominais)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 2º Semestre	2020 Exercício
Quantidade de cotas ativas	73.462	73.462	67.403	67.403
Quantidade de cotas vendidas	8.951	16.669	8.043	13.342

A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado. Em 2020, devido a pandemia o Banco Central publicou a Resolução 4.820 que limitava a distribuição de dividendos para o exercício de 2020, conforme prevê contrato social e o saldo remanescente foi pago no exercício de 2021 com a revogação da Resolução acima. Para 2021 conforme acordado pelas partes, foi pago o lucro de janeiro a novembro de 2021 e o saldo remanescente será pago em 2022.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas durante os exercícios de 2021 e de 2020.

Principais Indicadores

- a) Receita Bruta – Resultado do exercício de 2021, R\$ 223,7 milhões, 23,22% maior em relação ao exercício de 2020;
- b) Despesas Comissão – Resultado do exercício de 2021, R\$ 87,0 milhões, 48,98% maior em relação ao exercício de 2020;
- c) EBITDA – Resultado do exercício de 2021, R\$ 54,8 milhões, 11,10% maior comparado ao exercício de 2020;
- c) Lucro Líquido – Resultado do exercício de 2021, R\$ 38,1 milhões, no exercício de 2020 o resultado foi de R\$ 32,9 milhões.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	10
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar – Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da,
Randon Administradora de Consórcios Ltda.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Randon Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randon Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		101.249	127.200
Disponibilidades		379	674
Instrumentos financeiros		42.483	67.485
Títulos e valores mobiliários	7	42.483	67.485
Outros créditos		58.239	58.865
Rendas a receber		312	-
Recursos pendentes de recebimento	8	56.459	58.031
Outros créditos diversos	10	1.468	834
Outros valores e bens		148	176
Ativos não financeiros mantidos para venda		-	40
Despesas antecipadas		148	136
Não circulante		45.298	38.507
Realizável a longo prazo		36.047	33.130
Ativos fiscais diferidos	21.b	16.226	14.351
Outros ativos		19.671	18.629
Pagamentos a ressarcir	11	16.645	14.956
Outros créditos diversos	10	3.026	3.673
Outros valores e bens		150	150
Outros valores e bens		150	150
Permanente		9.251	5.377
Investimentos		11	10
Imobilizado de uso	12	3.716	3.936
Depreciação acumulada	12	(1.399)	(1.458)
Intangível	12	12.440	7.745
Amortização acumulada	12	(5.517)	(4.856)
Total do ativo		146.547	165.707

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		112.080	105.820
Outras obrigações		112.080	105.820
Fornecedores		2.649	1.169
Salários e encargos		3.406	2.573
Obrigações sociais e estatutárias		5.029	10.678
Obrigações fiscais e previdenciárias		4.135	3.276
Obrigações fiscais correntes		448	502
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	56.459	58.031
Recursos não procurados	9	16.241	11.580
Outras obrigações diversas	13	23.713	18.011
Exigível a longo prazo		936	1.144
Provisões para riscos trabalhistas	14	194	275
Obrigações sociais e estatutárias		742	869
Patrimônio líquido		33.531	58.743
Capital social	15	30.000	30.000
Reserva de lucros		3.151	28.366
Ajustes de avaliação patrimonial		380	377
Total do passivo e do patrimônio líquido		146.547	165.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de
 dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.669	2.461	846
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.669	2.461	846
Outras receitas/despesas operacionais		21.437	55.022	49.464
Receitas de prestação de serviços	16	114.460	223.724	181.557
Despesas de pessoal	18	(11.406)	(22.019)	(17.956)
Outras despesas administrativas	17	(75.017)	(130.542)	(95.709)
Despesas tributárias		(13.071)	(25.592)	(20.813)
Outras receitas operacionais	19	8.057	12.616	8.082
Outras despesas operacionais	19	(1.586)	(3.165)	(5.697)
Resultado operacional		23.106	57.483	50.310
Resultado antes dos tributos		23.106	57.483	50.310
Tributos sobre o lucro	21.a	(7.649)	(19.363)	(17.391)
Imposto de renda corrente		(7.267)	(15.497)	(14.309)
Contribuição social corrente		(2.742)	(5.742)	(5.342)
Impostos diferidos		2.360	1.876	2.260
Lucro líquido do semestre/exercícios		15.457	38.120	32.919
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	15	30.000	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		0,515	1,271	1,097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	15.457	38.120	32.919
Outros resultados abrangentes			
Ganho atuarial	5	5	343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2)	(2)	(117)
Ganho atuarial	3	3	226
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	15.460	38.123	33.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre/exercício	15.457	38.120	32.919
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	828	1.056	402
Reversão/provisão com comissões	(4.991)	(5.573)	764
Reversão/provisão com empréstimos para grupos de consórcios	244	(406)	2.075
Provisão/reversão de outras provisões operacionais	4.694	3.159	5.466
Custo dos ativos baixados	-	19	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	7.649	19.363	17.391
Lucro líquido ajustado	23.881	55.738	59.018
Variações nos ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários	43.468	25.002	(41.917)
Outros créditos	(1.338)	(11)	791
Outros valores e bens	131	28	192
Outros passivos	11.136	14.571	5.089
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.149)	(20.756)	(19.221)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	67.129	74.572	3.952
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(4.066)	(4.948)	(4.340)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.066)	(4.948)	(4.340)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de dividendos	(63.335)	(69.919)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(63.335)	(69.919)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(272)	(295)	(388)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	651	674	1.062
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	379	379	674
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(272)	(295)	(388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de
 dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.000	2.031	150	-	32.181
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	227	-	227
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.919	32.919
Destinação do lucro:					
Distribuição de lucros	-	-	-	(6.584)	(6.584)
Reserva de lucros	-	26.335	-	(26.335)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	28.366	377	-	58.743
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	3	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.120	38.120
Destinação do lucro:					
Distribuição de lucros	-	(26.335)	-	(37.000)	(63.335)
Reserva de lucros	-	1.120	-	(1.120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	3.151	380	-	33.531
Mutações do exercício	-	(25.215)	3	-	(25.212)
Saldos em 30 de junho de 2021	30.000	28.366	377	22.663	81.406
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	3	-	3
Lucro líquido do semestre	-	-	-	15.457	15.457
Destinação do lucro:					
Distribuição de lucros	-	(26.335)	-	(37.000)	(63.335)
Reserva de lucros	-	1.120	-	(1.120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	3.151	380	-	33.531
Mutações do semestre	-	(25.215)	3	(22.663)	(47.875)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		1.937.521	1.475.299
Caixa e equivalente a caixa		2.483	251
Aplicações financeiras	6	656.506	460.797
Outros créditos		1.278.532	1.014.251
Bens retomados ou devolvidos		8.059	11.118
Direitos junto a consorciados contemplados		1.270.473	1.003.132
Cheques e outros valores a receber		-	1
Compensação		14.860.113	11.290.634
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		90.509	67.984
Contribuições devidas ao grupo		7.528.458	5.737.559
Valor dos bens ou serviços a contemplar		7.241.146	5.485.091
Total do ativo e compensação		16.797.634	12.765.933
Passivo			
Circulante		1.937.521	1.475.299
Outras obrigações		1.937.521	1.475.299
Obrigações com consorciados		1.058.873	813.172
Valores a repassar		10.062	8.261
Obrigações por contemplações a entregar		605.515	415.445
Obrigações com a administradora		1.591	1.478
Recursos a devolver a consorciados		167.691	144.701
Recursos dos grupos		93.789	92.242
Compensação		14.860.113	11.290.634
Recursos mensais a receber de consorciados		90.509	67.984
Obrigações do grupo por contribuições		7.528.458	5.737.559
Bens ou serviços a contemplar		7.241.146	5.485.091
Total do passivo e compensação		16.797.634	12.765.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de
 dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Disponibilidades no início do semestre/exercícios	580.546	461.049	451.747
Depósitos bancários	4.607	251	1.501
Cheques e outros valores a receber	-	-	1
Aplicações financeiras do grupo	35.757	45.353	37.423
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	540.182	415.445	412.822
(+) Recursos coletados	842.802	1.651.386	1.367.376
Contribuições para aquisição de bens	707.294	1.390.764	1.155.059
Taxa de administração	111.929	218.634	177.220
Contribuições ao fundo de reserva	7.954	15.891	13.946
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.489)	3.103	9.073
Multas e juros moratórios	1.476	2.789	2.754
Prêmios de seguros	1.805	3.689	3.671
Custas judiciais	41	95	100
Reembolso de despesa de registro	470	470	-
Outros	13.322	15.951	5.553
(+) Recursos utilizados	(764.359)	(1.453.447)	(1.358.072)
Aquisição de bens	(622.642)	(1.173.653)	(1.133.266)
Taxa de administração	(112.860)	(219.565)	(177.220)
Multas e juros moratórios	(734)	(1.391)	(1.377)
Prêmios de seguros	(1.828)	(3.711)	(3.673)
Custas judiciais	(119)	(211)	(256)
Devolução a consorciados desligados	(13.250)	(28.013)	(23.499)
Reembolso de despesa de registro	(470)	(470)	-
Outros	(12.456)	(26.433)	(18.781)
Disponibilidades no final do semestre/exercícios	658.989	658.989	461.050
Depósitos bancários	2.483	2.483	251
Cheques e outros valores a receber	-	-	1
Aplicações financeiras do grupo	51.000	51.000	45.353
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	605.506	605.506	415.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A Implementos e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

A Administradora está mantendo todas as medidas necessárias para proteção dos seus funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas destacamos: a medição de temperatura de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

A Administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administradora não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A Administração entende que as demonstrações financeiras anuais da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento, incluindo a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

1.1 Administradora

a) Apuração do resultado

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, revogou dispositivos da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre o reconhecimento da receita. A Resolução BCB nº 120 no caput de seu artigo 2º, determina que as administradoras de consórcios observem o reconhecimento, a mensuração e evidência contábil das receitas, conforme dispõe: "Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016. A Administração não espera impactos significativos com esta revogação.

Adicionalmente, através da Instrução Normativa BCB, nº 187, de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, que tratava o reconhecimento das despesas com comissões. A Administração não espera impactos com essa revogação.

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício;
- Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

f) Redução ao valor recuperável

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados líquidos no ativo não circulante na rubrica de "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do semestre. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

h) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

j) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Administradora reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

k) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota Explicativa nº 24). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

l) Lucro por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações financeiras.

m) Resultado não recorrente

São resultados de eventos não usuais e não relacionados com a atividade da Empresa ou, ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados resultados não recorrentes.

1.2 Dos grupos de consórcio

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estas taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

e) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

f) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

g) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

h) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 31 de dezembro de 2021.

i) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

j) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

ii. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Provisões para comissão

A provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado, por ser um investidor, e não um devedor, poderá efetuar diversas negociações, como: deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros.

c) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

d) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	31/12/2021	31/12/2020
Grupos administrados	129	125
Consorticiados ativos	73.462	67.403
Consorticiados desistentes/excluído no exercício	4.516	5.154
Consorticiados desistentes/excluído total	36.047	36.527
Bens pendentes de entrega	6.286	4.834
Bens entregues no exercício	6.610	7.628
Bens entregues total	30.559	29.954
Taxa de inadimplência	4,16%	1,36%

O aumento da inadimplência em 2021 ocorreu em virtude de uma revisão da metodologia de cálculo, oriundo da migração de um novo sistema de informação.

6. Aplicações financeiras – Grupos de consórcios

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez imediata, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

					31/12/2021		31/12/2020	
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado
Grupos de consórcios								
Letra Financeira do Tesouro (LFI)	-	30.745	194.270	49.689	274.704	274.704	180.784	180.784
Fundos de investimento)	381.802	-	-	-	381.802	381.802	280.013	280.013
Total	381.802	30.745	194.270	49.689	656.506	656.506	460.797	460.797

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

					31/12/2021		31/12/2020	
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Títulos para negociação								
Fundos de investimento	6.195	-	-		6.195	6.195	5.734	5.734
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado)	-	807	5.029	14.013	19.849	19.849	50.360	50.360
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	3.431	11.759	1.249	16.439	16.439	11.391	11.391
Total	6.195	4.238	16.788	15.262	42.483	42.483	67.485	67.485

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

8. Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo. O valor de recursos pendentes de recebimento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 56.459 (R\$ 58.031 em 31 de dezembro de 2020).

9. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 16.241 (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2020).

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

10. Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos a grupos encerrados	28.384	29.232
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (*)	(25.741)	(26.147)
Devedores diversos	554	352
Adiantamento e antecipações salariais	272	273
Impostos a compensar	642	209
Depósitos judiciais (nota explicativa 14)	383	588
Total	4.494	4.507
Circulante	1.468	834
Realizável a longo prazo	3.026	3.673

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(26.147)	(24.072)
Constituição de provisão	(2.319)	(4.109)
Reversão de provisão	2.725	2.034
Saldo final	(25.741)	(26.147)

(*) Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.a, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

11. Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	31/12/2021	31/12/2020
Bens imóveis	12.103	11.024
Bens móveis	4.542	3.932
Total	16.645	14.956

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

12. Imobilizado de uso e intangível - Administradora

O imobilizado de uso e intangível da Administradora possuem a seguinte composição:

	2020			2021			Vida útil média	% ano
	Custo corrigido	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	546	(32)	514	546	(86)	460	10 anos	10
Móveis e utensílios	1.849	(388)	1.461	1.678	(379)	1.299	9 anos	11,1
Computadores e periféricos	1.489	(986)	503	1.440	(882)	558	5 anos	20
Veículos	52	(52)	-	52	(52)	-	5 anos	20
Imobilizado de uso	3.936	(1.458)	2.478	3.716	(1.399)	2.317		
Sistemas de processamento de dados	4.963	(4.856)	107	11.984	(5.517)	6.467	4 anos	25
Software em desenvolvimento	2.782	-	2.782	456	-	456	4 anos	25
Intangível	7.745	(4.856)	2.889	12.440	(5.517)	6.923		

13. Outras obrigações diversas - Administradora

A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo remanescente de grupos a pagar (*)	6.660	5.785
Provisões para pagamento de comissões	11.433	5.860
Provisão programa de incentivo de vendas	4.464	5.240
Outros débitos	1.156	1.126
Total	23.713	18.011

Movimentação da provisão para pagamento de comissões

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.860	6.624
Constituição de provisão	61.059	34.581
Reversão de provisão	(55.486)	(35.345)
Saldo final	11.433	5.860

Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.240	1.098
Constituição de provisão	5.348	4.760
Reversão de provisão	(6.124)	(618)
Saldo final	4.464	5.240

(*) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

14. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

a) Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Provável		Possível		Depósito Judicial (Nota 10)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	194	275	-	303	383	588
Cível	-	-	-	1.708	-	-
Tributário	-	-	226	234	-	-
Total	194	275	226	2.245	383	588

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	275	398
Constituição de provisão	-	59
Reversão de provisão	(81)	(182)
Saldo final	194	275

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 20.647 (R\$ 20.748 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio líquido - Administradora

Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

No dia 19 de janeiro de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.584, correspondente a 20% do resultado de 2020, com pagamento até 31 de março de 2021. O saldo remanescente foi destinado para reserva de lucro. Os dividendos foram integralmente registrados no exercício de 2020.

Em 13 de agosto de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 26.335 com pagamento até 31 de agosto de 2021, correspondentes ao resultado de 2020.

Em reunião de quotistas ocorrida em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 37.000 relativos aos lucros do exercício de 2021, pagos antecipadamente em 20 de dezembro de 2021.

16. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,67% (14,76% em dezembro de 2020) sobre o valor da referida contribuição. O valor de receitas de prestação de serviços no totalizaram R\$ 223.724 no exercício de 2021 (R\$ 181.557 no exercício de 2020).

17. Outras despesas administrativas - Administradora

A conta de outras despesas administrativas possui a seguinte composição:

	2021		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Despesas/provisões de comissões sobre vendas	47.219	86.973	58.377
Serviços de terceiros	7.677	13.243	8.731
Promoções	7.305	9.299	8.484
Propaganda e publicidade	5.341	7.083	7.745
Participação nos resultados	2.145	4.086	4.402
Manutenção e conservação de bens	2.219	3.447	2.233
Perdas com empréstimos a grupos	594	2.197	2.043
Depreciação e amortização	828	1.056	402
Despesas de aluguéis	266	551	347
Despesas com comunicação	233	481	552
Viagens	316	378	523
Outras	874	1.748	1.870
Total	75.017	130.542	95.709

18. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	2021		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados e salários	397	1.021	876
Custos de encargos sociais e proventos	10.660	20.312	16.315
Custos relacionados a aposentadoria	128	244	106
Benefícios concedidos	221	442	659
Total	11.406	22.019	17.956

19. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2021		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Reversão provisão perda empréstimos a grupos	995	2.725	2.034
Reversão outras provisões operacionais	3.087	3.238	513
Multas e juros recebidos	842	1.567	1.552
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	1.585	2.678	1.438
Variações monetárias	1.090	1.717	988
Outras receitas operacionais	458	691	1.557
Total de outras receitas operacionais	8.057	12.616	8.082
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(1.239)	(2.319)	(4.109)
Outras provisões operacionais	(226)	(330)	(315)
Outras despesas eventuais	(121)	(204)	(1.108)
Despesas com processos judiciais	-	(312)	(165)
Total de outras despesas operacionais	(1.586)	(3.165)	(5.697)

20. Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes. Outras transações realizadas entre partes relacionadas compreendem serviços administrativos compartilhados.

	Ativo		Passivo		Resultado		
	Aplicações e outros créditos		Contas a pagar		(Receitas)Despesas		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	4	-	-	-	2.578	4.922	3.413
Randon Veiculos Ltda.	-	55	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	5	11	73
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	4	8	7
Randon Corretora de Seguros Ltda.	-	1	-	-	-	-	-
Banco Randon S.A.	14.052	46.101	12	-	(1.742)	(2.906)	(1.396)
Total	14.056	46.157	12	-	845	2.035	2.097

A Randon S.A Implementos e Participações (controladora) não possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 192 em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 942 (R\$ 942 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 55 (R\$ 53 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência).

No exercício corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício.

	2021		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	23.106	57.483	50.310
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(7.856)	(19.544)	(17.106)
Adições permanentes	(234)	(498)	(604)
Exclusões permanentes	348	574	367
Outros ajustes	93	105	(48)
Total	(7.649)	(19.363)	(17.391)
IRPJ e CSLL correntes	(10.009)	(21.239)	(19.651)
IRPJ e CSLL diferidos	2.360	1.876	2.260
IRPJ e CSLL registrados no resultado	7.649	19.363	(17.391)

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários.

Créditos tributários	31/12/2020	Constituições	Reversões	31/12/2021
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.890	849	(987)	8.752
Provisão para comissões	1.992	24.079	(22.184)	3.887
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	94	12	(40)	66
Provisão para participação nos resultados	1.688	2.027	(1.752)	1.963
Outros	1.687	2.233	(2.362)	1.558
	14.351	29.200	(27.325)	16.226

Créditos tributários	31/12/2019	Constituições	Reversões	31/12/2020
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.184	1.695	(989)	8.890
Provisão para comissões	2.252	11.781	(12.041)	1.992
Provisão para riscos trabalhistas	135	164	(205)	94
Provisão para participação nos resultados	1.171	4.672	(4.156)	1.688
Outros	466	3.364	(2.142)	1.687
	12.208	21.676	(19.533)	14.351

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	6.786
2022	8.616	1.333
2023	1.288	1.335
2024	1.408	1.341
2025	1.365	3.556
2026	3.549	-
Créditos tributários líquidos	16.226	14.351

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital da Administradora, monta R\$ 13.048 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.153 em 31 de dezembro de 2020), com uma taxa média de 10,17% a.a. (11,83% em 31 de dezembro de 2020) com base nas projeções definidas pela Administração.

22. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 3,28 (1,61 em 31 de dezembro de 2020).

23. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 27,59% (9,15% em 31 de dezembro de 2020).

24. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2021 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Administradora oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Administradora.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas):		
Custo de serviço corrente	(10)	(10)
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(13)	(15)
Receita de juros sobre ativos do plano	15	33
Custo de benefício definido no resultado	(8)	8
Rendimento real dos ativos do plano	8	(279)

Ativo (passivo) de benefícios

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação com benefícios definidos	(198)	(200)
Valor justo dos ativos do plano	265	228
Ajuste devido	(26)	-
Ativo de benefícios	41	28

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2019	(223)
Custo de juros	(15)
Custo do serviço corrente	(10)
Benefícios pagos	16
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	32
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2020	(200)
Custo de juros	(13)
Custo do serviço corrente	(10)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	25
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2021	(198)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	473
Retorno sobre o investimento	344
Contribuição do empregador	13
Benefícios pagos	(16)
Valores transferidos	(586)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	228
Retorno sobre o investimento	21
Contribuição do empregador	16
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	265

A Administradora espera contribuir com R\$ 590 aos seus planos de previdência com benefício definida em 2022. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Ações	62	53
Títulos públicos	203	175
	265	228

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	8,91%	6,72%
Taxa de crescimento salarial	5,52%	5,52%
Taxa de crescimento de benefícios	3,25%	3,25%
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021		14
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2030		197
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		211

Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante:

Participantes antigos	198
Benefício proporcional diferido	-
Aposentados	-
Total	198

Informações patrimoniais:

Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2021	
Renda variável	22%
Renda fixa	49%
Imóveis	1%
Outros	28%
Total	100%

Resultado do exercício:

Custo de serviço corrente	10
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(5)
Custo reconhecido no resultado	5

Taxa de desconto	8,91%
Taxa de inflação	3,25%
Taxa de crescimento salarial	5,52%
Taxa de crescimento de benefícios concedido	3,25%
Taxa de crescimento de benefícios diferido	3,25%

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2021:

Patrocinadora	Valor presente da Obrigação (VPO)	1% Aumento Efeito VPO	1% redução Efeito VPO
Randon Administradora de Consórcios Ltda	198	12	15
Total	198	12	15

Patrocinadora	Valor presente da Obrigação (VPO)	1% Aumento Efeito VPO	1 % redução Efeito VPO
Randon Administradora de Consórcios Ltda	234	14	16
Total	234	14	16

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 8,91% a.a.. Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$ 12 no valor do VPO, e, com a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 15. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

25. Gestão do capital

O gerenciamento do capital compreende o monitoramento e controle do capital, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Contadora
 Dionéia Canal
 CRC-RS 61.981/0-3